

Protocolo de Kyoto

Teoria e prática

EM 16 de fevereiro de 2005, com a adesão da Rússia, o Protocolo de Kyoto entrou em vigor. Passados dois anos, o seu resultado está aquém do esperado. Ficam, por ora, as primeiras demonstrações claras dos esforços para tentar reverter o processo global de aquecimento por parte de sociedade, governos e empresas.

O tratado, que ainda não conta com o apoio dos Estados Unidos, expira em 2012. Sua continuidade não corre grandes riscos, e a tendência é de que haverá aprimoramento, com atenção principalmente para a área dos biocombustíveis. O ponto polêmico é quem pagará a conta?

Pelo tratado, 35 países desenvolvidos devem reduzir em 5% suas emissões de gases que causam efeito estufa até 2012, tomando como base os níveis de 1990. O dióxido de carbono, o CO₂, é o principal deles, mas existem outros cinco gases na lista.

Como ficarão os países em desenvolvimento que atualmente estão fora da cobrança? As matrizes energéticas serão limpas ou os governos optarão por termelétricas? Como estarão a China e a Índia?

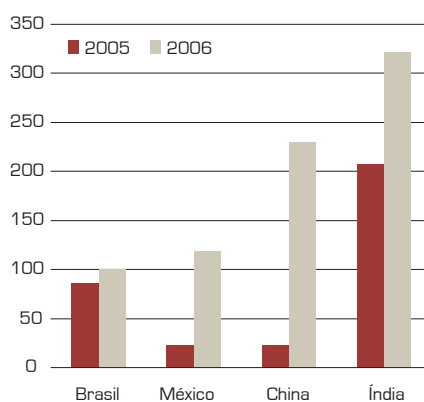
Desde a ratificação do Protocolo de Kyoto, cerca de 12 mil indústrias com alto consumo energético da União Européia se tornaram aptas a comprar e vender CO₂. O acordo definiu alguns mecanismos para as empresas e governos desenvolvidos ficarem mais perto da meta, como o crédito de carbono, um mercado de compra e venda do direito de emitir gases do efeito estufa.

Assim, os países que poluem mais podem comprar créditos daqueles que cumpriram a meta. Como alguns países europeus supervalorizaram suas estimativas de emissões de gases em inventários nacionais, a demanda ficou menor e a

cotação da tonelada de carbono caiu de US\$ 30 para US\$ 15.

Como funciona

O Protocolo estabelece o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) para os países desenvolvidos investirem em projetos de energia limpa nos países em desenvolvimento. Há mais de 40 países com projetos que representam a redução da emissão de 31,5 milhões de toneladas de CO₂. As grandes estrelas são Índia, China e Brasil, nesta ordem.

Quantidade de projetos de crédito de carbono (unidade)

Fonte: ONU

O Conselho Executivo do MDL da ONU, sediado em Bonn, acaba de contabilizar o 500º registro de projeto de MDL. De acordo com as estatísticas mais recentes do Ministério da Ciência e Tecnologia, há 1.597 projetos de MDL em processo de implantação.

Em 2006, o Brasil perdeu posição no ranking de países com projetos de carbono, caiu de terceiro para o quarto lugar. O México galgou o posto, O mercado mundial de licenças para o a emissão de

gases geradores do efeito estufa mais que dobrou durante o exercício e chegou a US\$ 30 bilhões. A China e a Índia lideram e contam com alto potencial de crescimento, pois possuem matriz energética suja e leis ambientais pouco rígidas.

A China, tocada a carvão, consegue reduzir 1,056 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente, contra 548 milhões de toneladas da Índia e 195 milhões de toneladas do Brasil.

Regulamentação

O Brasil carece de um marco regulatório sobre o tema para negociar melhor. A China, há um ano, apresentou uma regulamentação para determinar um preço mínimo para o carbono.

Outro ponto negativo é a demora para o país emitir cartas de aprovação de projetos de MDLs geradores de crédito. Esse atraso cria riscos adicionais, especialmente quando metodologias são alteradas ou derrubadas.

O Brasil lidera o segmento de créditos gerados a partir da queima dos dejetos da suinocultura e tem boas oportunidades na área de reflorestamento e energia renovável.

O caso pioneiro de MDL no Brasil e no mundo foi o Projeto Novagerar, um aterro sanitário em Nova Iguaçu, (RJ). O governo holandês, por meio do Banco Mundial, fechou contrato para compra de créditos de carbono até 2012. O projeto prevê que, em vez de ser lançado no ar, o gás metano gerado pela decomposição do lixo seja canalizado e queimado, com geração de partículas menores de CO₂, menos poluente.

Serão reduzidos 2,5 milhões de toneladas de carbono nesse período. O preço do negócio: 13,5 milhões de euros. A primeira parcela do contrato, de 1,5 milhão de euros, foi depositada em junho de 2006.

O maior projeto de MDL do Brasil, porém, é da planta da Rhodia Energy em Paulínia, São Paulo. A empresa iniciou em novembro a redução anual de 6 milhões de CO₂. Até o fim deste mês, a planta passará pelo processo de validação – apuração de que a empresa de fato reduziu as emissões prometidas no projeto. ■